

3

Expansão, diferenciação institucional e áreas de formação no ensino superior brasileiro

3.1.

Expansão e diferenciação do ensino superior brasileiro

Em relação às desigualdades associadas à seletividade das instituições pode-se considerar o sistema de ensino superior brasileiro como bastante diferenciado e, conseqüentemente, sujeito a propiciar trajetórias bastante distintas entre estudantes de perfis sociais diferentes. As universidades de pesquisa, públicas em sua maioria, mas também com representantes da rede privada, destacam-se no sistema por seu prestígio e pelos processos de seleção mais exigentes do ponto de vista do desempenho. A dualidade entre os setores público e privado no ensino superior é uma abordagem recorrente nos estudos sobre a expansão deste nível de ensino, no Brasil. Já na década de 30 a participação do ensino privado no total de matrículas era de mais de 40% (Sampaio, 2000). O crescimento do setor privado, no período posterior às reformas da década de 60, promoveu a formação de um conjunto de instituições de *ethos* fortemente empresarial (Martins, 1993, 2000, 2009) e, conseqüentemente, a configuração de um sistema de ensino superior caracterizado pela diversidade institucional, onde as instituições particulares são frequentemente analisadas em oposição ao modelo universitário adotado pelas universidades federais, estaduais e confessionais, que são responsáveis por uma parte substancial da capacidade de pesquisa do país.

Segundo o autor (Martins, 2009) a gênese do sistema de ensino superior brasileiro, tal qual como hoje se apresenta, iniciou-se na década de 60, tendo como marco fundamental a Reforma de 1968. Em 1945 o ensino superior brasileiro contava com cinco universidades públicas e 293 estabelecimentos isolados. O conjunto das universidades públicas era composto pela Universidade do Brasil (no Rio de Janeiro), a Universidade de São Paulo, a Universidade de Porto Alegre, a Universidade de Minas Gerais e a Universidade Católica do Rio de Janeiro. Com exceção da Universidade de Porto Alegre, as restantes organizaram-se pela aglutinação de

estabelecimentos isolados (Cunha, 2007). Embora as instituições universitárias seguissem o padrão estabelecido para a organização do ensino superior, elas constituíam-se, para todos os efeitos práticos, de faculdades que possuíam, inclusive, autonomia jurídica. Cada faculdade (ou escola) era constituída de cátedras, segundo as áreas do saber, que tinha no professor catedrático seu titular vitalício, ao qual vinculavam-se todos os outros docentes, responsáveis pelas aulas e nomeados pelo catedrático (idem, p.18). Essa aglutinação de faculdades e escolas atingiu estabelecimentos da esfera estadual, municipal e, em menor escala, da rede particular, e permaneceu como uma das principais políticas para o setor até 1962, como resposta à demanda por mais vagas. No período de 1945 a 1965, o ensino superior público teve um crescimento de matrículas de cerca de 27 mil para cerca de 142 mil alunos. A ampliação das matrículas nas instituições públicas foi o principal componente do crescimento das matrículas no período, correspondendo, em 1964, por uma parcela de 61% das matrículas. Neste ano o sistema contava com 39 universidades, sendo 29 públicas e 10 confessionais (ibidem, pp. 78-820).

A partir da década de 60 intensificou-se a mobilização de professores, pesquisadores e do movimento estudantil para a reforma do ensino superior, considerado inerte em relação à pesquisa científica, engessado pelo regime de cátedra vitalícia e elitista, e insuficiente para o cumprimento de sua função social devido à pequena oferta de vagas. A reestruturação do sistema, entretanto, só ocorreu no final da década, sob a égide do regime militar. Foi proposta então uma política de expansão segundo o princípio da *expansão com contenção*, cujo objetivo era obter o máximo atendimento da demanda com o menor custo financeiro, política suportada pelo binômio da racionalização de recursos e pela flexibilidade estrutural. Entre outras ações, a participação do setor privado tornou-se estratégica, com a finalidade poupar recursos do governo federal, embora esta participação não fosse explicitamente citada nas orientações oficiais, que estabeleceram o modelo universitário como esteio da educação superior, baseado na indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão universitária, e elencaram medidas de reformas do sistema universitário público, como a extinção das cátedras e criação dos departamentos, a introdução dos ciclos básicos e dos regimes de créditos e a

institucionalização da carreira acadêmica. A permissão para a existência de estabelecimentos isolados (ditos de “caráter excepcional”) criou condições favoráveis para o processo de privatização que ocorreu logo em seguida, apoiado pela idéia de “complementariedade” da rede privada na ampliação do sistema (Martins, 2009, pp. 20-21) [grifos do autor].

O modelo permitiu não só a estruturação de um sistema de pós-graduação e pesquisa de razoáveis proporções e qualidade nas universidades federais, como deslocou para o ensino superior privado a tarefa de atender à grande demanda por vagas. Assim, segundo Martins, “estruturava-se, nesse momento, um modelo duplamente seletivo de universidade federal: no plano social, suas vagas passariam a ser ocupadas por um grupo restrito de estudantes dotados de razoável volume de capital econômico e/ou cultural; no plano acadêmico, procurava-se concretizar um elevado padrão de qualidade acadêmica, fundado na associação entre ensino e pesquisa, no interior do qual a pós-graduação exerceria um papel central. A motivação subjacente a esse modelo era preservar as universidades federais de um eventual processo de massificação” (Martins, 2009, pp. 21-22).

As décadas de 60 e 70 são marcadas pelo primeiro grande ciclo de expansão do ensino superior brasileiro, devido à multiplicação das pequenas instituições privadas. Estabeleceu-se, neste período, a diferenciação institucional que caracteriza o sistema ainda hoje. As matrículas cresceram de 142 mil em 1964 para 425 mil em 1970, 1.072 mil em 1975 e 1.377 mil em 1980, e a participação do setor privado passou de 43,8% em 1965 para 63,3% em 1980 (Sampaio, 2000). Segundo Martins (2009), excluíram-se deste processo de absorção da demanda reprimida as universidades católicas, que mantiveram seus projetos universitários a serviço da reprodução das elites locais.

Neste período a multiplicação das instituições privadas teve como característica a transformação de escolas secundárias em faculdades com pequeno número de cursos – entre 1969 e 1971 foram criados 209 cursos em 85 instituições privadas, e um terço destas ofereciam somente um curso. Em 1971, de um total de 639 instituições de ensino superior no país, 527 eram estabelecimentos privados,

entre os quais somente 16 eram universidades (Sampaio, 2000). Outra parte destes novos cursos foi criada em instituições já existentes, com o objetivo de ampliar o leque de oferta destes estabelecimentos que, contudo, em sua maioria, não possuíam qualquer aspecto que os aproximasse de uma organização universitária. Os novos cursos concentraram-se nas capitais da região sudeste, embora se possa identificar um pequeno movimento de abertura de instituições e novos cursos em cidades no interior dos estados. Entre 1968 e 1972 o Conselho Federal de Educação, órgão responsável pela autorização de novos cursos de graduação, permitiu a abertura de 759 novos cursos de graduação, de um total de 938 solicitações. As matrículas no setor público também cresceram no período, passando de 88 mil matrículas em 1967 para cerca de 500 mil em 1980 (Martins, 2009).

A expansão das matrículas arrefeceu seu ritmo a partir do final da década de 70 - entre 1980 e 1992 a oferta manteve-se estabilizada em torno de 1 milhão e 500 mil matrículas. Ao longo da década de 80 a participação relativa do setor privado no total das matrículas deslocou-se para a estabilização seguida de um pequeno declínio, mantendo níveis de cerca de 60%. Este refreamento do ritmo de crescimento do setor privado foi reflexo da redução da demanda por ensino superior. Neste momento de acomodação houve um processo de fusão dos pequenos estabelecimentos ou sua incorporação pelos estabelecimentos maiores, processo semelhante ao ocorrido na década de 40 com as instituições públicas. Este processo foi institucionalizado pelo Conselho Federal de Educação por meio da criação das federações de escolas ou escolas integradas, cuja autorização e reconhecimento eram de responsabilidade do Conselho. Estas novas modalidades institucionais não possuíam o prestígio das universidades, embora se equiparassem com estas em termos de número de alunos (Sampaio, 2000).

Em movimento subsequente, a partir da metade da década de 80, estas instituições não universitárias de maior porte transformaram-se em universidades. Entre 1985 e 1994 o número de universidades privadas passou de 20 para 59. Estas instituições, entretanto, conforme Martins (2009) estão imbuídas de um *ethos* empresarial que as diferencia das universidades públicas e confessionais. Segundo o autor, esta tendência de transformação dos estabelecimentos privados de maior porte

em instituições universitárias não decorre de transformações organizacionais que caracterizam o modelo destas últimas, mas da percepção dos proprietários das vantagens inerentes dessas grandes instituições, incluindo um conjunto diferenciado de cursos (Martins, 2009), além da possibilidade de investimento na pós-graduação e, naturalmente, do prestígio decorrente desta forma de organização acadêmica, em comparação com as federações de escolas e escolas integradas. Estas vantagens comparativas foram fortalecidas a partir da constituição de 1988, que disciplinou o princípio da autonomia para as instituições universitárias, e com a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, que normatizou a autonomia atribuindo às universidades a competência para a criação e extinção de cursos na própria sede e para remanejar o número de vagas de seus cursos, sem intervenção do Estado.

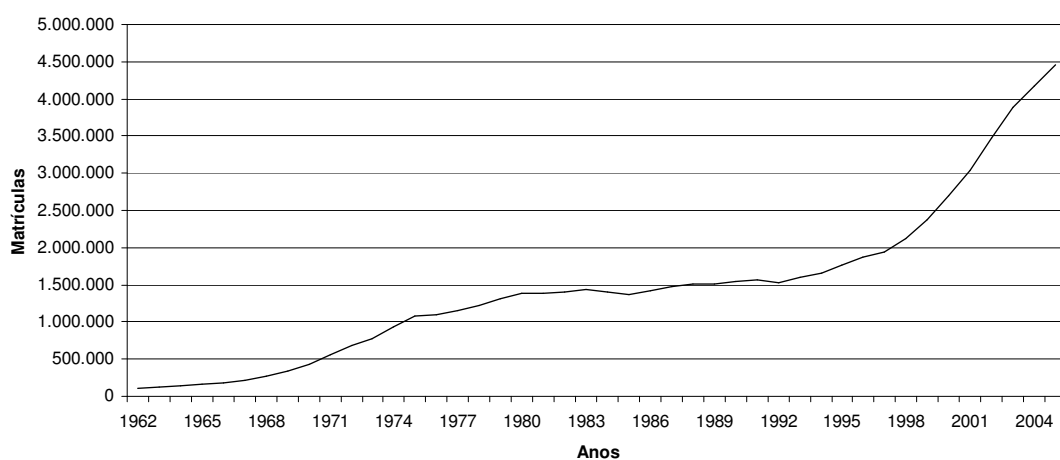
Após este período de estagnação, o crescimento das matrículas foi retomado na primeira metade da década de 90; a partir de 1992 as taxas de crescimento aumentaram, variando, de 1992 a 1996, entre 4% e 6%, e atingiram índices muito elevados a partir de 1997. Este crescimento recente é atribuído ao aumento do número de concluintes no nível médio e às políticas governamentais implementadas com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996 (Schwartzman, 2000).

O setor privado também esteve à frente da expansão recente do ensino superior, a partir da metade da década de 90. A partir de 1996 o governo federal iniciou uma política de expansão do ensino superior, com a expectativa de atingir uma taxa de matrícula da ordem de 30% do grupo de idade entre 19 e 24 anos num prazo de dez anos. O principal objetivo declarado no Plano Nacional de Educação - PNE, reafirmado pelas políticas públicas desencadeadas pelo governo no período estudado, seria o de promover a democratização das condições de oferta, incluindo, neste nível de ensino, os segmentos de menor renda da população e adultos já incorporados ao mercado de trabalho, através da participação efetiva do setor privado. O sistema de autorização para o funcionamento de instituições e cursos foi facilitado, assim como as regras para os processos de seleção de estudantes, com o objetivo de aumentar o número de estudantes no setor privado de ensino. As ações levadas a cabo pelo governo federal atingiram, sem dúvida, a oferta de ensino superior. O número de

matrículas chegou a novos patamares: no período entre 1997 e 2002 as matrículas cresceram entre 9 e 14% ao ano, e o setor privado foi o maior responsável por este crescimento.

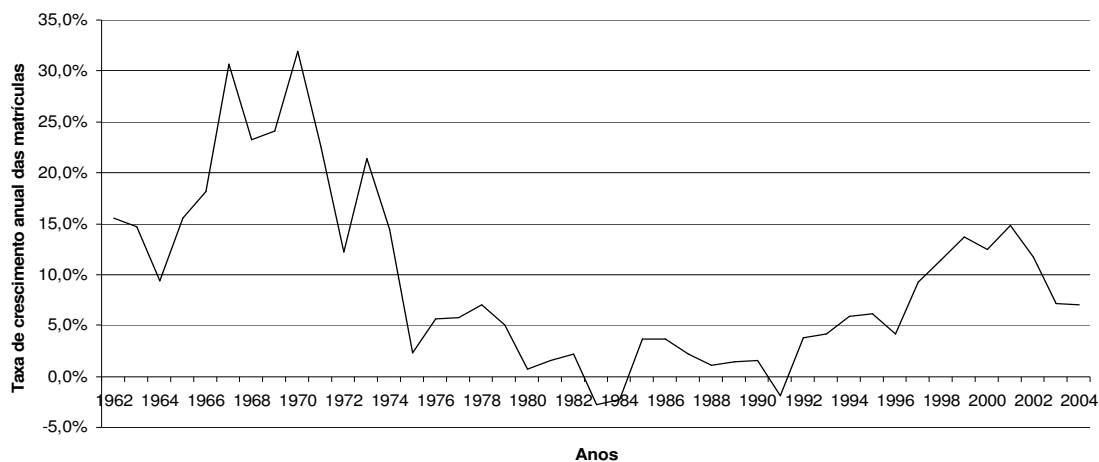
Os Gráficos 1 e 2 ilustram os dois ciclos de expansão do ensino superior no Brasil. Como se pode verificar, as taxas relativas de crescimento anual foram superiores no primeiro período; entretanto, o ganho absoluto em novas matrículas mostra-se muito maior no período mais recente.

Gráfico 1
Número de matrículas no ensino superior no período 1962-2005



Fonte: Censo do ensino superior

Gráfico 2
Taxa anual de crescimento das matrículas no ensino superior no período 1962-2005



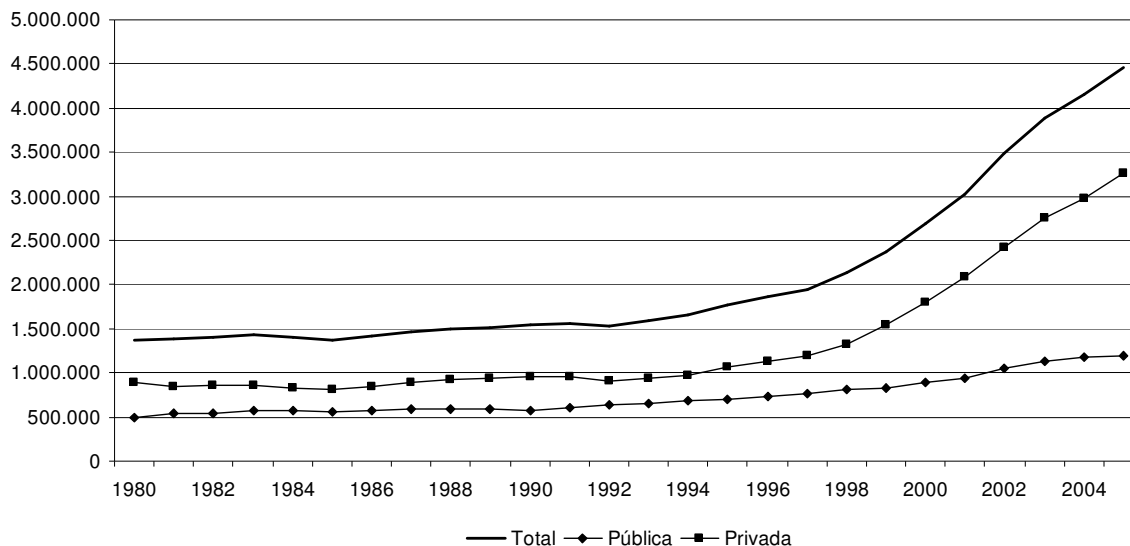
Fonte: Censo do ensino superior

O crescimento neste período foi reflexo das altas demandas em face ao aumento do número de concluintes do ensino médio, que teve grande expansão nos anos anteriores, e das alterações no sistema de regulação do Ministério da Educação para a rápida criação de novas vagas. As políticas governamentais promoveram a autonomia das universidades, que já contavam com a maior parte das matrículas, para a criação de novos cursos, adequaram as formas de organização acadêmica, com a criação dos centros universitários, aos quais foi estendida a autonomia universitária; e estimularam a diversificação de currículos, com a introdução de cursos de menor duração, os cursos seqüenciais e tecnológicos.

Em face aos problemas de qualidade do sistema em expansão, foi estabelecido um sistema de avaliação de cursos e instituições, incluindo a avaliação de das condições de oferta dos cursos, focalizando, entre outros aspectos, as qualificações e o regime de trabalho do corpo docente e a infraestrutura de apoio ao ensino, a avaliação de desempenho dos estudantes, e a avaliação das instituições, com o objetivo de manter os níveis de qualidade durante o processo de expansão. A liberalização da abertura de novos cursos e vagas e a implantação da avaliação estabeleciam, em seu conjunto, um novo sistema de acreditação para o ensino superior que, na ausência de iniciativas governamentais de prover recursos para a ampliação do setor público, mostrou-se adequado à expansão do setor privado, que atingiu, no período, taxas de crescimento anuais superiores a 15%.

Como resultado do crescimento acelerado das matrículas no setor privado, sua participação no conjunto das matrículas passou de 64,3, em 1980, para 70,8% em 2003. Se considerarmos como referência o ano de 1994, quando se dá o menor índice de participação, de menos de 60%, a variação em sete anos é de cerca de 10 pontos percentuais. O Gráfico 3 permite a comparação do crescimento do número de matrículas nos setores público e privado no período entre 1980 e 2005, onde é visível a participação decisiva do setor privado no processo de expansão.

Gráfico 3
Número de matrículas totais e por dependência administrativa no ensino superior no período 1980-2005



Fonte: Censo do ensino superior

Os estudos sobre este processo de expansão recente focalizam suas causas e seus significados. Alguns autores argumentam que o crescimento do setor privado deve-se mais aos ciclos de crescimento da demanda do que às ações de política educacional, e destacam o dinamismo do setor para responder ao crescimento do número de concluintes do nível médio de ensino. De fato o ensino médio mais que duplicou o número de matrículas no período entre 1992 e 2004, passando de cerca de 4 milhões para 9 milhões de estudantes. Outros autores discutem as tendências do processo de expansão sob uma perspectiva crítica, debitando às ações governamentais o crescimento ampliado do setor privado. Cunha (2003) e Dourado (2002) apontam a flexibilização normativa levada a cabo pelas políticas para o ensino superior, a partir de 1996, como responsável pelo processo e Gomes (2002) caracteriza a expansão como um processo de privatização. Segundo o autor, a expansão do ensino superior nas décadas de 90 e 2000 tenderia a agravar a dicotomia entre “universidade de elite e a universidade de massas” (Gomes, 2002, p. 284-85).

Segundo outros autores, a dualidade entre o setor público e privado no ensino superior brasileiro, entretanto, deve ser tratada com cuidado necessário para evitar

simplificações na análise da diferenciação institucional do sistema. Sampaio (2000) aponta a diversidade dos formatos institucionais e vocações acadêmicas no conjunto das instituições de ensino superior, desautorizando os estudos que procuram privilegiar o modelo universitário como central para a análise do sistema de ensino superior, sem considerar sua ampla diversificação. Martins (2000) ressalta que a análise do ensino superior tomando como ponto de partida o modelo das universidades federais equivale a tomar uma manifestação do particular como expressão da totalidade, e que a dinâmica do setor privado deve ser compreendida em suas relações de complementaridade com o setor público. O autor observa que o crescimento do setor privado, concentrado em cursos noturnos e em áreas de conhecimento específicas, se dá de forma relacional e complementar com o setor público.

A despeito das importantes diferenças entre a abordagem dualista e a abordagem relacional sobre a diferenciação dos setores público e privado de ensino superior, e guardadas as dificuldades em classificar os conjuntos e subconjuntos das formas de organização das instituições em função de sua natureza administrativa ou de seus valores, segue que a observação da evolução dos dois setores é um ponto de vista privilegiado para a descrição das políticas de expansão e do crescimento do sistema de ensino, uma vez que as estratégias dos dois setores nos processos de expansão definem o viés de diferenciação do sistema .

Seguimos aqui a interpretação de Martins (2000), que diferencia as instituições de ensino considerando seu *ethos* acadêmico ou empresarial, antes do que entre público e privado, para descrever o que chamamos de instituições seletivas, para caracterizar o prestígio das instituições. As instituições seletivas são, em sua maioria, universidades de pesquisa com processos seletivos mais rigorosos do que a média das instituições, representada em grande parte pelas universidades federais, com a forte presença das universidades estaduais e universidades confessionais, incluindo ainda os institutos militares e instituições de ensino e pesquisa com atuação em áreas específicas. Estas instituições contam com os estudantes de origem social mais privilegiada e de melhor desempenho, selecionados num contexto de altas relações

entre candidatos e vagas, e se manteve ao largo dos processos de expansão. Por outro lado coube às instituições não seletivas, em seu dinamismo em relação à oferta de vagas, atender às demandas de crescimento do sistema, sejam em massa ou locais, com processos seletivos pouco exigentes, contando com um corpo docente com níveis de titulação e condições de trabalho inferiores e um incipiente investimento em pesquisa. Este papel, nos dois processos de expansão em foco, foi exercido pelo setor privado, em suas várias formas de organização acadêmica.

A expansão dos anos 90 e 2000 foi acompanhada de mudanças nas formas de organização acadêmica no sistema – o número de universidades privadas continuou a crescer e foram criados os centros universitários e os centros tecnológicos, os primeiros com imensa maioria de dependência privada e os segundos públicos em quase toda sua totalidade. Esta nova configuração não alterou substancialmente o quadro da diferenciação institucional. O crescimento de matrículas se dividiu em sua maior parte entre os estabelecimentos isolados, nos centros universitários e universidades privadas. O perfil das universidades privadas pouco se modificou, e os centros universitários se constituíram de forma semelhante às faculdades integradas, sem mudanças em seus processos seletivos, corpo docente e apoio à pesquisa, e os contingentes de estudantes dos centros tecnológicos não ganharam maior expressão, de tal forma que o conjunto de instituições seletivas não sofreu alterações.

O ano de 1997 pode ser considerado como o marco inicial do crescimento acelerado do número de instituições de ensino superior na década de 90. Estas contavam, em 1995, com 973 estabelecimentos, número que cresce para 1859, em 2003, o que representa uma variação de cerca de 190%. Este crescimento deveu-se à criação de novas instituições privadas, cujo número passou de 689 para 1652 estabelecimentos, enquanto no setor público o número de instituições reduziu-se ligeiramente. O crescimento do número de instituições, extremamente reduzido durante toda a década de 80 e no início dos anos 90, retoma taxas que atingem, em 2001, o ápice de cerca de 18% no período analisado.

A expansão do número de instituições do setor privado aumentou seu índice de participação no conjunto das instituições de ensino superior. Em 1997 o setor

privado contava com cerca de 77% do número de instituições, índice igual ao do ano de 1980 e que se manteve relativamente estável em todo o período. Em 2003 o setor privado respondia por quase 89% das instituições. Também ocorreu uma retomada da criação de novos pequenos estabelecimentos. Entre 1998 e 2003 foram criadas 10 universidades e 676 faculdades isoladas, o que demonstra o revigoração na criação destas últimas. O crescimento do número total de instituições é suportado principalmente pelo crescimento do número de faculdades isoladas.

Além da expansão das faculdades isoladas, o crescimento dos centros universitários e dos centros tecnológicos, novas formas de organização institucional, foi relevante. Entre 1997 e 2003 foram criados 81 centros universitários e 93 centros tecnológicos (estes a partir de 1999). No mesmo período, foram criadas somente 28 faculdades integradas, de onde se pode concluir que o crescimento dessas novas formas de organização das instituições de ensino superior acentuou o processo de diversificação institucional. Considerando que as universidades e os centros universitários formam o conjunto das instituições com autonomia para a criação e a extinção de cursos e para a determinação do número de vagas oferecidas, esses últimos já representavam cerca de um terço das instituições autônomas que, em sua ampla maioria, pertencem ao setor privado. Como as duas modalidades de organização institucional gozam da autonomia universitária, o número das instituições autônomas cresceu de 136 para 244 instituições, um crescimento de cerca de 79%.

A distribuição das matrículas entre as diferentes instituições demonstra que a criação das novas oportunidades educacionais no processo de expansão recente se deu no setor privado. A Tabela 1 e o Gráfico 4 apresentam o total de matrículas nos anos de 1999 e 2004 por tipo de instituição, considerando sua organização acadêmica e dependência administrativa. Na Tabela 1 os números entre parênteses são a participação relativa do tipo de instituição no total das matrículas no ano. As universidades federais reduziram sua participação no total de alunos de 20% para cerca de 13% e as universidades estaduais e municipais em um ponto percentual cada. Em oposição a esta tendência, as universidades privadas aumentaram sua participação em dois pontos percentuais e as organizações não universitárias privadas em 9%,

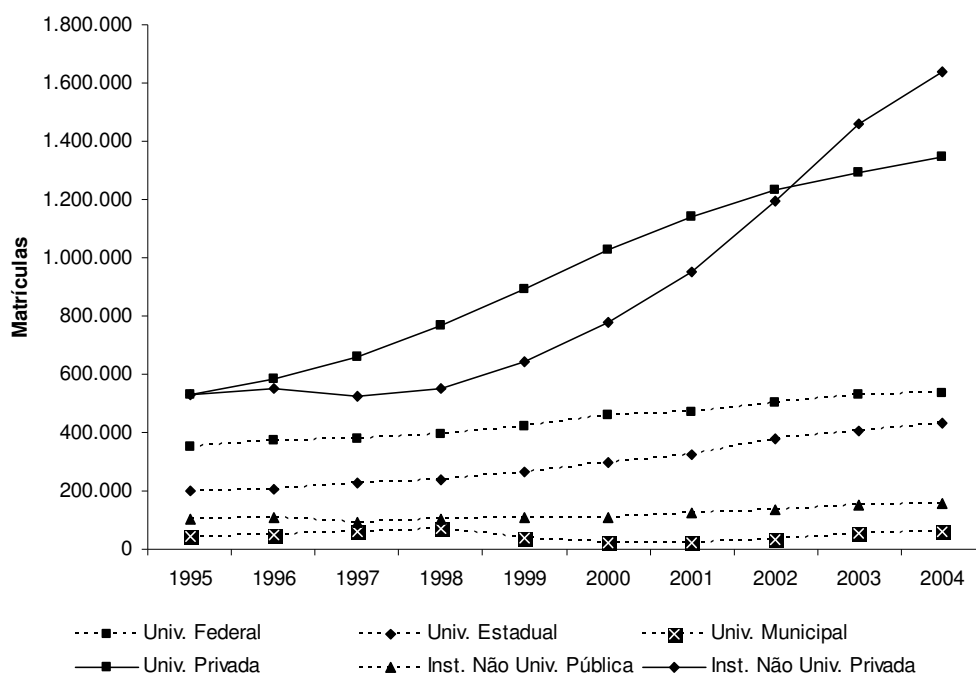
encabeçando o processo de expansão do setor privado. No período entre 1995 e 2004 as instituições privadas foram responsáveis por cerca de 80% do crescimento das matrículas. Num período de crescimento médio de 136%, as matrículas nas universidades públicas cresceram somente 51%, em contraste com 154% nas universidades privadas e 209% nas instituições não universitárias privadas. Estas últimas incluíram no sistema mais de um milhão de novas matrículas, e as universidades privadas cerca de 800 mil.

Tabela 1
Número de matrículas por forma de organização acadêmica e dependência administrativa – instituições universitárias e não universitárias - 1999-2004

Tipo de instituição	1999	2004	Crescimento absoluto	Crescimento relativo	Percentual do crescimento de matrículas
Universidade Federal	353.235 (20,1%)	533.892 (12,8%)	180.657	51,10%	7,50%
Universidade Estadual	201.974 (11,5%)	429.823 (10,3%)	227.849	112,80%	9,50%
Universidade Municipal	43.370 (2,5%)	59.208 (1,4%)	15.838	36,50%	0,70%
Universidade Privada	529.353 (30,1%)	1.346.794 (32,3%)	817.441	154,40%	34,00%
Org. não Universitárias Públicas	101.961 (5,8%)	155.405 (3,7%)	53.444	52,40%	2,20%
Org. não Universitárias Privadas	529.810 (30,1%)	1.638.611 (39,4%)	1.108.801	209,30%	46,10%
Total	1.759.703	4.163.733	2.404.030	136,60%	100,00%

Fonte: Censo do ensino superior

Gráfico 4
Número de matrículas por forma de organização acadêmica e dependência administrativa – instituições universitárias e não universitárias - 1995-2004



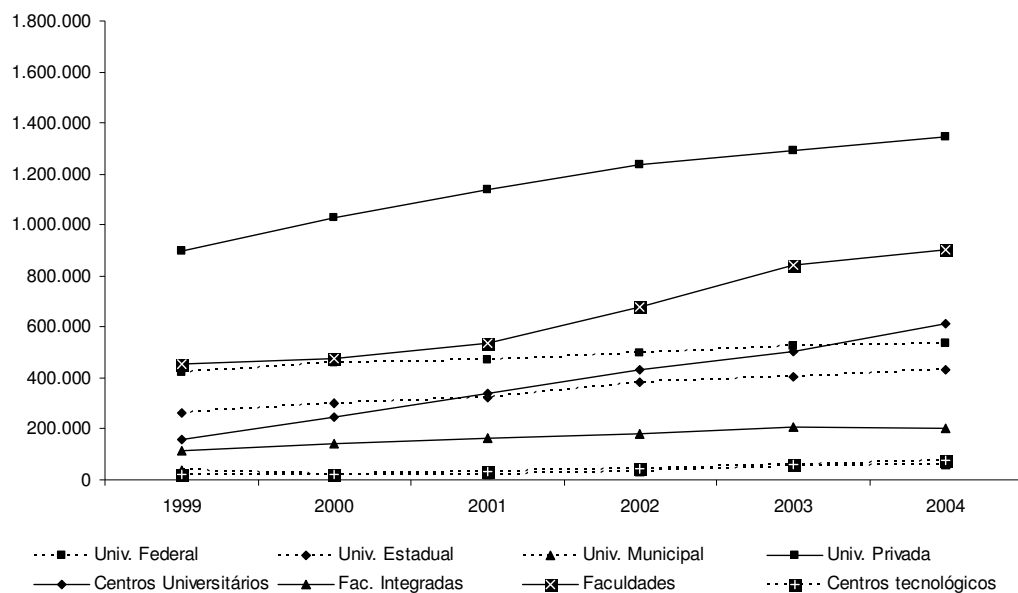
As novas formas de organização acadêmica não alteraram as tendências de maior dinamismo do setor privado. Conforme pode ser verificado na Tabela 2 e no Gráfico 5, as universidades privadas, os centros universitários e as faculdades isoladas são responsáveis, cada uma, por cerca de 25% do crescimento das matrículas. As faculdades isoladas contam com cerca de 900 mil matrículas, das quais 90,7% são do setor privado. As matrículas nos centros universitários cresceram vertiginosamente desde a sua criação – os primeiros registros no censo datam de 1999, com 160 mil matrículas, e atingem, em 2004, 614 mil matrículas (maior do que o número de matrículas nas universidades federais, que contam, em 2004, com 533 mil matrículas), das quais 97,7% são em instituições privadas. O crescimento das matrículas nos centros tecnológicos (onde somente 34% são do setor privado) não foi suficiente para que esta forma de organização chega-se a contar com 2% das matrículas em 2004.

Tabela 2
Número de matrículas por forma de organização acadêmica e dependência administrativa – instituições universitárias e não universitárias detalhadas - 1999-2004

Tipo de organização	1999	2004	Crescimento absoluto	Crescimento relativo	Percentual do crescimento de matrículas
Universidade Federal	421.353 (17,8%)	533.892 (12,8%)	112.539	26,70%	6,30%
Universidade Estadual	264.938 (11,2%)	429.823 (10,3%)	164.885	62,20%	9,20%
Universidade Municipal	38.891 (1,6%)	59.208 (1,4%)	20.317	52,20%	1,10%
Universidade Privada	894.552 (37,7%)	1.346.794 (32,3%)	452.242	50,60%	25,20%
Centros Universitários	160.977 (6,8%)	614.913 (14,8%)	453.936	282,00%	25,30%
Faculdades Integradas	116.611 (4,9%)	200.695 (4,8%)	84.084	72,10%	4,70%
Faculdades	453.139 (19,1%)	901.976 (21,7%)	448.837	99,10%	25,00%
Centros tecnológicos	19.484 (0,8%)	76.432 (1,8%)	56.948	292,30%	3,20%
Total	2.369.945	4.163.733	1.793.788	75,70%	100,00%

Fonte: Censo do ensino superior

Gráfico 5
Número de matrículas por forma de organização acadêmica e dependência administrativa – instituições universitárias e não universitárias detalhadas - 1999-2004



Pode-se concluir que a diferenciação institucional do ensino superior, no Brasil, estabeleceu-se a partir da Reforma Universitária de 1968, marco do primeiro ciclo de expansão do ensino superior, e agudizou-se no segundo ciclo de expansão, nas décadas de 1990 e 2000. Baseia-se na existência de um pequeno conjunto de instituições seletivas, e uma grande parcela de instituições de baixo prestígio, representada num primeiro momento pelas universidades privadas, faculdades isoladas e faculdades integradas, e num segundo momento por estas e pelos centros universitários. Destaca-se, no período, o crescimento das matrículas nas universidades privadas, nas pequenas faculdades e nos centros universitários como suportes para a expansão. A diversificação das formas de organização acadêmica não alterou substancialmente a complementariedade dos setores de orientação acadêmica e empresarial. O conjunto das instituições mais prestigiosas permaneceu restrito às algumas universidades federais e confessionais, dos institutos tecnológicos, das faculdades de negócios seletivas e das escolas isoladas da área da saúde, com ampla maioria das primeiras, setores que mantiveram-se ao largo do processo de expansão acelerado. A redução da participação relativa das universidades públicas no total de matrículas no período 1995-2004, dada sua importância no total das matrículas das instituições mais prestigiosas, permite supor que a oferta relativa de vagas nas instituições de prestígio também tenha se reduzido.

3.2. As distinções entre as áreas de formação no Brasil

As distinções entre as áreas de formação no Brasil se dão de forma bastante clássica. Existe um forte viés de gênero que permite classificar certas áreas como predominantemente masculinas, como as engenharias, a computação e a informática, e áreas de predominância feminina, como a pedagogia e grande parte das licenciaturas e certos cursos da área da saúde. Quanto à origem social dos estudantes as chamadas profissões imperiais, a medicina, a engenharia e o direito, e ainda a arquitetura e a economia, atraem os estudantes de maior renda e com pais de maior escolaridade; são também as carreiras que melhor posicionadas no mercado de trabalho, seja em termos de renda ou de oportunidades de acesso às ocupações de prestígio, enquanto os cursos de pedagogia, serviço social e as licenciaturas contariam com estudantes socialmente menos privilegiados e conduziriam a profissões de menor alcance nas hierarquias das ocupações.

Schwartzman (1999), considerando aspectos históricos, da observação de características em relação ao mercado de trabalho e do perfil dos estudantes das áreas de formação, propõe uma classificação dos cursos superiores em profissões tradicionais, profissões sociais, novas profissões, ciências naturais e ciências sociais, letras e educação, áreas aplicadas vocacionais e artes. As profissões tradicionais incluiriam áreas de formação como a medicina, a engenharia, a arquitetura, a farmácia e a odontologia. Naturalmente, a área do direito, sendo uma das profissões imperiais (juntamente com a medicina e a engenharia), é uma área tradicional; entretanto, ela é classificada pelo autor na categoria de profissões sociais, devido à sua posição no mercado de trabalho e ao perfil de seus estudantes. São áreas de intenso conteúdo técnico, contando com estudantes jovens, predominantemente do sexo masculino e oferecidas no turno diurno. Estes cursos são oferecidos tradicionalmente pelas universidades federais, e contam com um mercado de trabalho bem definido. As áreas denominadas como profissões sociais englobam, entre outras, a administração, a economia e o direito, embora esta última seja uma área também tradicional. São áreas menos conteudistas (também com exceção do direito) e que

tiveram grande crescimento a partir da década de 70. Os estudantes dessas áreas têm perfil diverso daqueles das áreas tradicionais – são estudantes de média de idade maior do que os anteriores, onde é grande a presença de mulheres, e muitos cursos são noturnos e oferecidos em ampla escala por instituições particulares.

Os cursos classificados como novas profissões incluíam carreiras da área da saúde, como a enfermagem, a fisioterapia, a educação física, a psicologia e nutrição, e cursos que poderiam ser classificados como sociais, tendo aí como importante representante a comunicação social, que conta com grande contingente de alunos. Segundo o autor existe superposição entre os cursos classificados como novas profissões e as profissões sociais, especialmente quanto à administração e a comunicação social – entretanto, os primeiros se destacam pela faixa etária dos estudantes, mais jovens do que os das profissões sociais, e pela maior presença de cursos diurnos. Entre as novas profissões também destacam-se os cursos da área de informática, que podem ser classificados como cursos vocacionais.

A categoria que engloba os cursos das áreas de ciências naturais e sociais se caracteriza pela formação muitas vezes não profissional, englobando a matemática, a física, a química e as ciências da computação, as ciências naturais como a biologia, geografia e a geologia, entre outras, e a sociologia, a antropologia e a história (embora grande parte destas áreas encontre, na licenciatura, um mercado de trabalho bastante definido). A categoria de letras e educação engloba os cursos que se destinam à formação de professores da educação básica (aí com superposição com áreas das ciências, como no caso da matemática, física, biologia, geografia e história). Contam com estudantes mais velhos, com a presença maciça de mulheres e cursos noturnos.

A categoria áreas aplicadas vocacionais inclui os cursos de processamento de dados, turismo, hotelaria ou secretariado, cursos de curta duração orientados para atividades específicas do mercado de trabalho, oferecidos principalmente pela rede de instituições privadas não universitárias. Finalmente, a categoria artes compõe-se de cursos antigos e de pequena procura, com exceções como o desenho industrial.

Ribeiro (1988) assinala que, anteriormente à década de 70, o vestibular, como forma de acesso ao ensino superior, configurava-se mais como uma formalidade do que como um processo seletivo, uma vez que, dada a reduzida dimensão do sistema e a seleção escolar efetivada no ensino médio, o contingente de estudantes habilitados para o ingresso na universidade era bastante reduzido. Após a promulgação da Lei nº 4.024/61, que abriu a todos os egressos de qualquer curso de nível médio a possibilidade de ingresso no ensino superior, a seletividade dos processos seletivos de acesso ao ensino superior, os vestibulares, passou a atuar de uma forma mais efetiva. Embora a grande seleção, ou exclusão social, ainda ocorresse na educação básica, o subconjunto de seus concluintes que se candidatava ao ingresso no ensino superior ainda guardavam uma certa heterogeneidade.

Segundo o autor, porém, é importante considerar o efeito de pré-seleção na escolha das carreiras pelos candidatos, pois existe um forte viés que conduz os estudantes para determinadas carreiras de acordo com seu perfil socioeconômico e cultural, formando, assim, a hierarquização das áreas de formação. Após a pré-seleção, o exame vestibular em si efetuará a seleção final.

O condicionamento do processo de seleção ao ensino superior à estrutura social no Brasil é abordado por Ribeiro e Klein (1982), a partir de dados dos vestibulares na década de 70, que verificam as clivagens entre diferentes áreas de formação e entre os sistemas público e privado de ensino. Segundo os autores, esta divisão interna no nível superior estaria relacionada com o crescimento das matrículas e com a diferenciação do sistema ao final da década de 60. Não se havia verificado, à época, um aumento na participação de estudantes com pais originários das categorias de menor status social, como as ocupações manuais, qualificadas ou não. Entretanto, mesmo que a expansão da educação superior na década de 70 tenha proporcionado maiores taxas de acesso nos substratos contidos nessa categoria, era possível já observar a existência de uma estratificação de candidatos e de ingressantes classificados nos exames vestibulares entre as diferentes carreiras, tanto em relação ao desempenho quanto ao nível socioeconômico dos estudantes. Em resumo, seria possível identificar uma reelitização interna no nível superior de ensino, por carreira e

por instituição. Já anteriormente, Lewin (1977) havia verificado a influência de fatores socioeconômicos e da trajetória escolar, especificamente a renda familiar, a idade e turno de estudo no ensino médio, no desempenho em diferentes áreas de formação, assim como Barbosa (1979), que considerou os efeitos da escolaridade do pai.

Os resultados de Ribeiro e Klein (1982) permitem a análise dos efeitos de seleção das diferentes áreas de formação no contexto do processo de expansão das décadas de 1960-70. Os autores propõem uma escala da posição social dos diferentes cursos de graduação baseada na renda familiar, no nível de escolaridade dos pais, no status socioeconômico do pai e no turno frequentado pelos estudantes no ensino médio (diurno ou noturno). Obtida por análise de correspondência, esta escala explica mais de 70% da variância dos dados.

Considerando a escala de prestígio dos cursos, os autores mostram que é possível identificar tendências já consideradas clássicas da sociedade brasileira. Os cursos poderiam ser agrupados em três subconjuntos¹ – as carreiras de menor prestígio incluem as dedicadas à formação de professores para o ciclo fundamental da educação básica, aí incluídos os cursos de educação, licenciatura em ciências de 1º e 2º grau, estudos sociais e letras. No segundo grupo estariam concentradas as áreas de formação dos professores do ensino médio, como geografia, história, química, matemática, ciências sociais e física. No grupo de maior prestígio encontram-se as áreas das profissões liberais. Os autores debitam a colocação das áreas de química, matemática, ciências sociais e física no terço superior do segundo agrupamento de

¹ Os autores percebem três agrupamentos de carreiras nesta escala. No primeiro grupo, que reúne os cursos das áreas de formação que ocupam os valores mais altos da escala, estão, em ordem decrescente, os cursos de medicina, engenharia química, arquitetura, geologia, astronomia, engenharia agrônoma, psicologia, odontologia, ciências biológicas, engenharia, reabilitação, engenharia florestal, veterinária, economia e engenharia cartográfica. O segundo grupo é composto por comunicação social, farmácia, física, ciências sociais, matemática, química, educação física (feminina), nutrição, enfermagem, administração, filosofia, história, zootecnia, serviço social, meteorologia, estatística, educação física (masculina), ciências contábeis, teatro e geografia. No último grupo, ainda em ordem decrescente, temos música, ciências agrícolas, turismo, biblioteconomia, museologia, letras, licenciatura em ciências do 1º e 2º graus, educação artística, arquivologia, estudos sociais, educação e educação familiar.

áreas como um indicador das possibilidades abertas pela existência de cursos de pós-graduação de grande prestígio nestas áreas.

Outros achados importantes têm relevância quanto à seletividade das áreas de formação no ensino superior. Eles indicam, por exemplo, que as áreas de engenharia, direito, administração, educação e letras sofriram, já na década de 70, um processo de seleção de ingressantes que estabelecia uma significativa diferença na posição da escala social e no desempenho de estudantes aprovados no vestibular entre instituições públicas e particulares. É interessante notar que estes cursos, com exceção do curso de engenharia, são os que sofreram maior expansão no período 1969-71. Segundo Sampaio (2000), as áreas de maior crescimento em termos de novos cursos no período foram os de administração, letras, pedagogia e direito que, juntos, corresponderam a cerca de 44% dos novos cursos então abertos. Embora as engenharias tenham sido contempladas com somente cinco novos cursos, é preciso considerar que se trata de uma área de formação tradicional, ou seja, oferecida historicamente pelas instituições universitárias, de alto prestígio e bastante seletiva, ou seja, bastante sensível aos efeitos conjuntos tanto da origem social quanto do desempenho, o que a torna objeto preferencial de estratificação².

Este efeito seletivo também é observado em relação ao gênero – as carreiras de baixo prestígio são essencialmente femininas, enquanto as de alto prestígio são tipicamente masculinas. Destaca-se uma grande diferença entre as instituições públicas e particulares em relação ao desempenho – o desempenho médio destas últimas, por área de formação, é sensivelmente menor. O desempenho também mostra-se fortemente associado ao prestígio das áreas de formação – estudantes das áreas de formação que conduzem às carreiras de maior prestígio têm desempenho inferior aos das áreas de maior prestígio.

² Os 209 cursos abertos no período 69-70 eram das áreas de administração, letras, pedagogia, direito e ciências contábeis (mais de 15), seguidos por educação física, matemática, história, ciências, geografia, biologia, comunicação social (entre onze e seis), economia, odontologia, medicina, psicologia, arquitetura, educação artística, engenharia, física, ciências sociais, agronomia, veterinária, biomédicas, filosofia, turismo e serviço social (cinco ou menos) (Sampaio, 2000).

Os autores levantam a hipótese de que o aumento de candidatos no período de expansão, entre 1978 e 80, se daria nas carreiras de baixo e médio prestígio, e observam mesmo, em alguns casos, a redução de candidatos nas áreas de alto prestígio. As posições das áreas mais tradicionais na escala de prestígio, como a medicina, direito, engenharia, letras e educação, não teriam sofrido alterações com a expansão, embora o desempenho médio em letras e educação, as áreas de menor prestígio, tenha-se reduzido.

Setton (1999) também explora em detalhes a composição e o volume dos recursos de capital econômico, social e cultural dos estudantes da área de Humanidades da Universidade de São Paulo, procurando identificar as semelhanças e as proximidades sociais e acadêmicas dos alunos e seus cursos no espaço universitário. Segundo a autora, apesar de focalizar um universo academicamente homogêneo, a diversidade de trajetórias, as diferenças de *habitus* e herança cultural entre alunos despertaram indagações sobre as diferenciadas formas de acesso e as heterogêneas possibilidades de formação profissional. Setton elege como variáveis de observação a renda e o status ocupacional como indicadores do capital econômico e social, a educação paterna e materna e o conhecimento de idiomas como indicadores de capital cultural, além de variáveis relacionadas à trajetória escolar do estudante, como idade, ano de conclusão do ensino médio e turno do curso, que seriam indicadores temporais do sentido das trajetórias sociais e acadêmicas, obtendo uma classificação entre curso seletos, médios e populares. Entre outros a área de Arquitetura estaria entre o grupo dos cursos seletos, com estudantes de grandes recursos econômicos, sociais e culturais, e os cursos de Pedagogia, Letras, Geografia, Filosofia, História e Ciências Sociais entre os cursos populares.

Entre os fatores de diferenciação dos estudantes no ensino superior, o gênero tem lugar destacado. Beltrão e Teixeira (2008a, 2008b) investiga a segmentação das carreiras universitárias para as mulheres e para os negros e verifica a existência de desigualdades entre as trajetórias de acesso das mulheres e dos grupos de cor socialmente menos privilegiados. Estes resultados indicam que as áreas de formação

tipicamente masculinas têm uma menor participação de pretos e pardos em comparação com as áreas de maioria feminina.

Embora a conclusão do nível superior presente, no Brasil, sem considerar a distinção entre as ocupações de profissionais deste nível de ensino, retornos sociais e econômicos muito grandes, quando comparados as ocupações dos profissionais de outros níveis de ensino, os salários dos profissionais de ensino superior apresentam grandes variações entre não somente as diferentes áreas de formação como, numa mesma área, entre carreiras de maior ou menor prestígio. A investigação do prestígio social de uma determinada área de formação articula-se, de forma geral, com a estratificação profissional do mercado de trabalho, e esta associada a diferentes tipos de capitais, o econômico, o social e o cultural. Néri (2006) mostra que os diferenciais salariais e das chances de ocupação entre diferentes carreiras são bastante relevantes no Brasil. Pode-se observar que as áreas de engenharia, computação e arquitetura têm salários médios bem superiores aos profissionais formados nas áreas de letras, história e pedagogia. De forma geral, o ranqueamento do autor não se distancia de forma relevante das escalas baseadas no perfil socioeconômico dos estudantes propostas pelos autores analisados.

3.3.

A expansão da oferta nas áreas de formação no período 1995-2004

A expansão das matrículas no período recente concentrou-se sobre as áreas que já reuniam grandes contingentes de estudantes e, em menor nível, permitiu a emergência de algumas novas áreas, sempre com a participação mais dinâmica do setor privado. Ao início do segundo ciclo de expansão os cursos de cinco áreas de formação somavam mais de 100 mil matrículas: direito, administração, as engenharias, pedagogia e ciências contábeis. Os cursos de letras, computação, economia, comunicação social e psicologia vinham logo em seguida, em termos do número de alunos, todos entre 50 e 100 mil alunos. Entre 30 e 50 mil alunos estavam os cursos de medicina, educação física, história, odontologia e matemática. Entre 20 e 30 mil alunos, biologia, ciências sociais, enfermagem, geografia, farmácia e agronomia. Ao final do período, as posições relativas entre as áreas, em termos do número de matrículas, pouco se modificou.

Entretanto, o crescimento no período 1995-2004 não se deu uniformemente entre as áreas de formação, como pode ser verificado na Tabela 3. Os sete maiores cursos, que em 2004 reuniam 57% das matrículas, ofereceram 61% das novas matrículas no período, resultando numa intensa concentração da expansão sobre as áreas já bem consolidadas. Os cursos de administração e direito concentram 28% das matrículas e cresceram, respectivamente, 200% e 147%. Entre as maiores áreas a pedagogia foi a de maior crescimento, com uma taxa de 226%, portanto bastante superior à média de 136%, superando em número de matrículas as engenharias, que tiveram crescimento bastante inferior à média (65%). Esta expansão é fundamental para a configuração do sistema, pois estes quatro cursos totalizam cerca de 43% das matrículas em 2004. Entre os outros grandes cursos, com contingentes de alunos poucos inferiores a 200 mil matrículas, as áreas de letras, computação e comunicação social têm destaque, com crescimentos de 103, 158 e 245%, respectivamente. O curso de ciências contábeis, cujo número de matrículas em 1995 equiparava-se ao de pedagogia, teve um crescimento reduzido (51%). Os cursos de educação física e enfermagem sofreram expansão relevante, com taxas de 236% e 339%, superando as

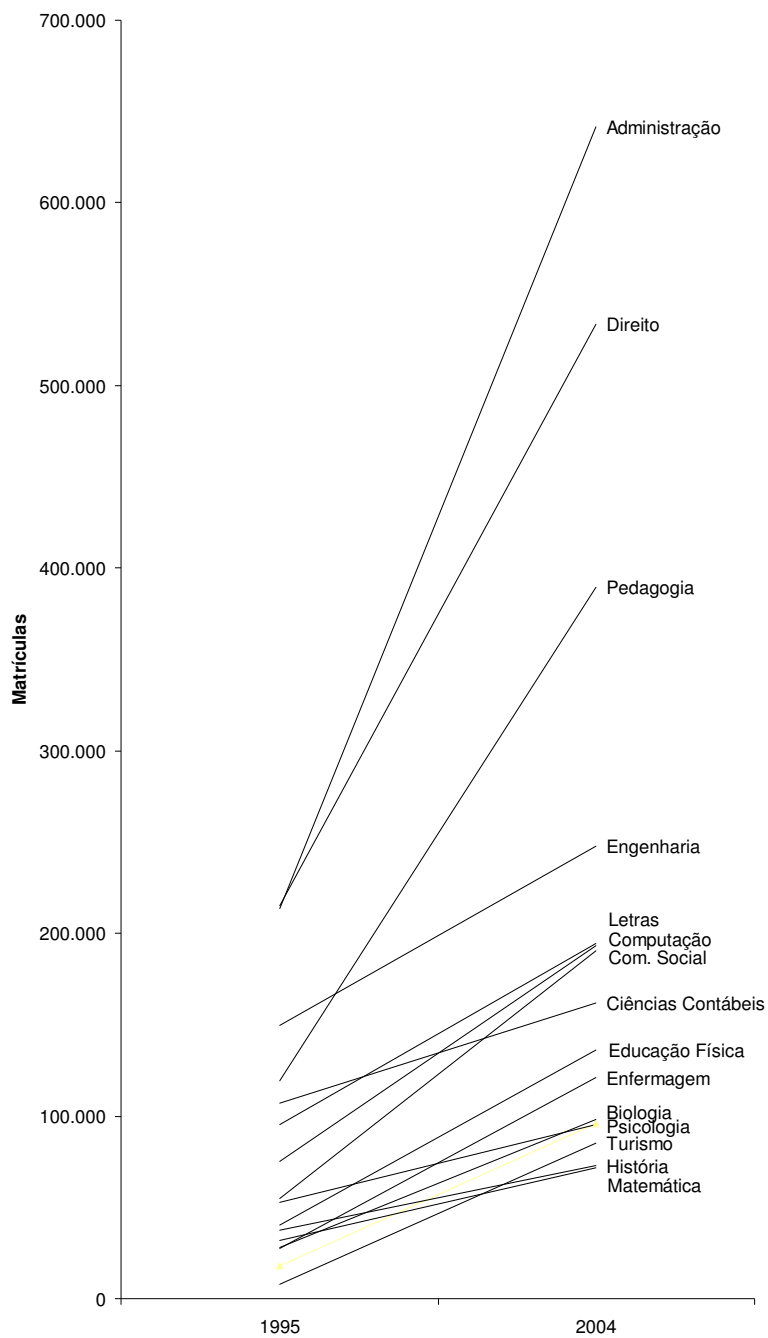
100 mil matrículas. O Gráfico 6 apresenta a variação de matrículas dos maiores cursos no período.

Tabela 3
Número, percentual e crescimento de matrículas por área de formação – 1995-2004

Área	1995	2004	Porcentagem do total de matrículas em 2004	Crescimento 1995-2004	Porcentagem da variação de matrículas
Administração	213.282	641.473	15,41%	200,8%	17,8%
Direito	215.177	533.317	12,81%	147,9%	13,2%
Pedagogia	119.199	389.595	9,36%	226,8%	11,2%
Engenharia	149.635	247.478	5,94%	65,4%	4,1%
Letras	95.427	194.319	4,67%	103,6%	4,1%
Computação	74.885	193.446	4,65%	158,3%	4,9%
Comunicação Social	55.140	190.515	4,58%	245,5%	5,6%
Ciências Contábeis	107.138	162.150	3,89%	51,3%	2,3%
Educação Física	40.484	136.232	3,27%	236,5%	4,0%
Enfermagem	27.477	120.851	2,90%	339,8%	3,9%
Biologia	27.800	98.202	2,36%	253,2%	2,9%
Fisioterapia	18.150	95.789	2,30%	427,8%	3,2%
Psicologia	52.864	95.138	2,28%	80,0%	1,8%
Turismo	7.673	85.339	2,05%	1012,2%	3,2%
História	37.387	72.792	1,75%	94,7%	1,5%
Matemática	31.805	71.815	1,72%	125,8%	1,7%
Medicina	47.934	64.965	1,56%	35,5%	0,7%
Farmácia	21.787	61.277	1,47%	181,3%	1,6%
Ciências Econômicas	68.709	59.020	1,42%	-14,1%	-0,4%
Geografia	26.352	54.187	1,30%	105,6%	1,2%
Arquitetura e Urbanismo	27.022	47.675	1,15%	76,4%	0,9%
Odontologia	35.999	46.039	1,11%	27,9%	0,4%
Nutrição	10.895	38.929	0,93%	257,3%	1,2%
Design	10.339	36.905	0,89%	256,9%	1,1%
Serviço Social	19.027	36.073	0,87%	89,6%	0,7%
Medicina Veterinária	14.836	34.657	0,83%	133,6%	0,8%
Ciências	42.561	34.000	0,82%	-20,1%	-0,4%
Química	14.862	33.594	0,81%	126,0%	0,8%
Agronomia	20.157	31.522	0,76%	56,4%	0,5%
Artes	18.224	29.125	0,70%	59,8%	0,5%
Ciências Sociais	27.607	24.942	0,60%	-9,7%	-0,1%
Física	9.065	21.728	0,52%	139,7%	0,5%
Filosofia	10.760	17.968	0,43%	67,0%	0,3%
Fonoaudiologia	8.354	13.123	0,32%	57,1%	0,2%
Relações Internacionais	775	11.391	0,27%	1369,8%	0,4%
Zootecnia	4.110	9.308	0,22%	126,5%	0,2%
Outras áreas	46.805	128.854	3,09%	175,3%	3,4%
Total	1759703	4163733	100,00%	135,6%	100,0%

Fonte: Censo do ensino superior

Gráfico 6
Número de matrículas por área de formação em 1995 e 2004 – áreas com mais de 70 mil matrículas



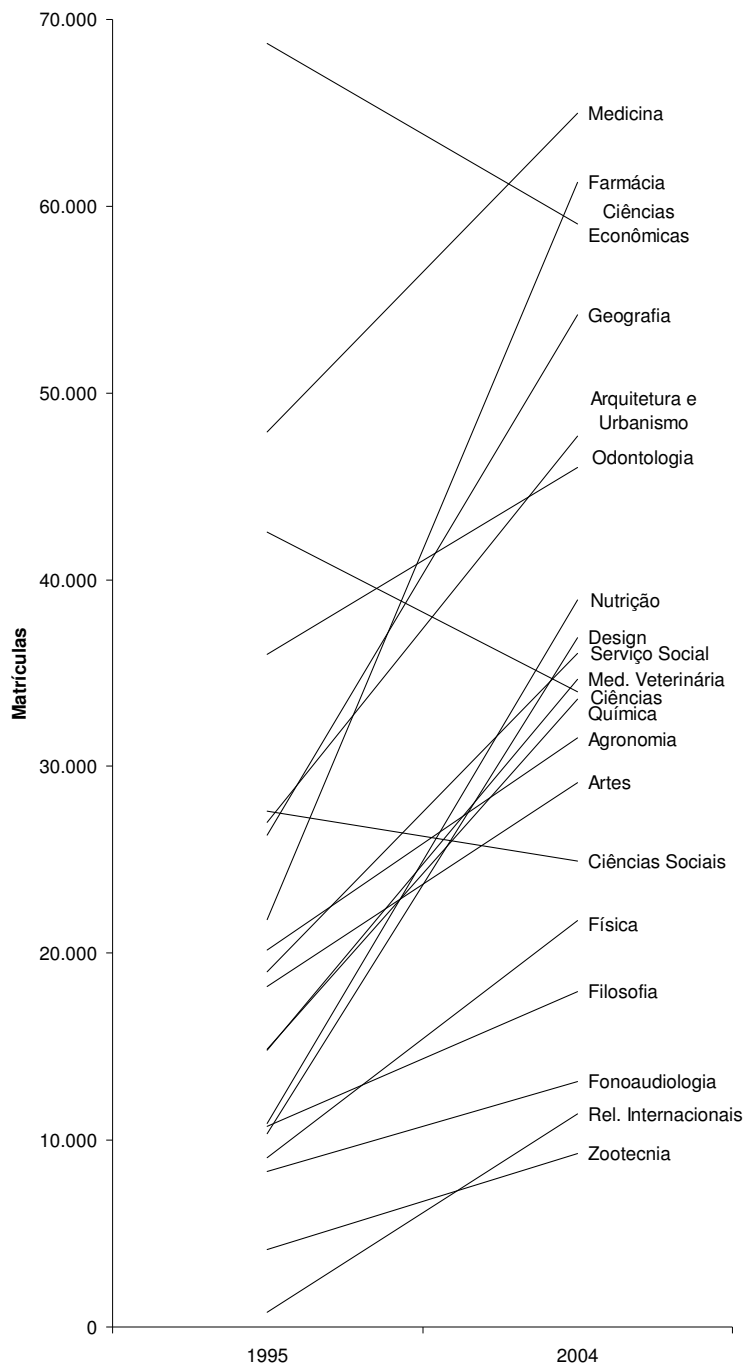
Fonte: Censo do ensino superior

Entre os cursos de médio porte, a fisioterapia e o turismo destacam-se pelo crescimento vertiginoso de 407 e 1012%; em 2004 as matrículas em fisioterapia equiparavam-se às de psicologia, que teve crescimento modesto no período (80%). As duas licenciaturas, história e matemática, também têm crescimento menor que a média (94 e 125%).

Entre os cursos com menos de 70 mil estudantes no ano de 2004 o cenário também é de expansão, embora existam exceções, com um maior número de cursos de baixo crescimento e mesmo alguns onde houve redução de matrículas. A dinâmica da oferta de matrículas nos cursos de medicina é modesta, com somente 35% de crescimento no decênio. No período o contingente de alunos de medicina é superado pelos cursos de história e matemática. O número de matrículas reduziu-se no curso de ciências econômicas. Entre os cursos com contingentes na faixa de 30 a 60 mil alunos em 2004 as áreas de farmácia, nutrição e design apresentam as maiores taxas de crescimento, sendo que as matrículas na área de farmácia atingem níveis próximos à medicina.

Os cursos de geografia, arquitetura e odontologia cresceram abaixo da média, sendo que este último expandiu somente 27% no período. O crescimento das matrículas do curso de medicina veterinária acompanhou a média e a licenciatura em ciência teve uma redução do número de vagas. Entre os menores cursos, a área de relações internacionais teve grande impulso, com crescimento superior a 1000%. As áreas restantes tiveram crescimento moderado, alguns próximos à média e outros bastante abaixo. É possível observar que as áreas de maior prestígio, como a medicina, a economia e não acompanharam o processo de expansão. O Gráfico 7 apresenta a variação do número de matrículas nos cursos com menos de 70 mil estudantes. De todos os cursos, somente três, economia, licenciatura em ciências e ciências sociais reduziram suas vagas em comparação com ano de 1995.

Gráfico 7
Número de matrículas por área de formação em 1995 e 2004 – áreas com menos de 70 mil matrículas



A observação das taxas de crescimento por grupos de áreas afins permite verificar que os cursos das áreas de ciências sociais aplicadas, as licenciaturas, os cursos da área da saúde são responsáveis pela grande maioria das matrículas e também da expansão no período. A área de ciências sociais aplicadas, que reúne os cursos de maior expansão, a administração e o direito, cresceu acima da média geral. A área da saúde, embora com menor número de matrículas, teve um crescimento levemente superior, em termos relativos. A Tabela 4 apresenta a variação de matrículas considerando os grupos de áreas afins estabelecido.

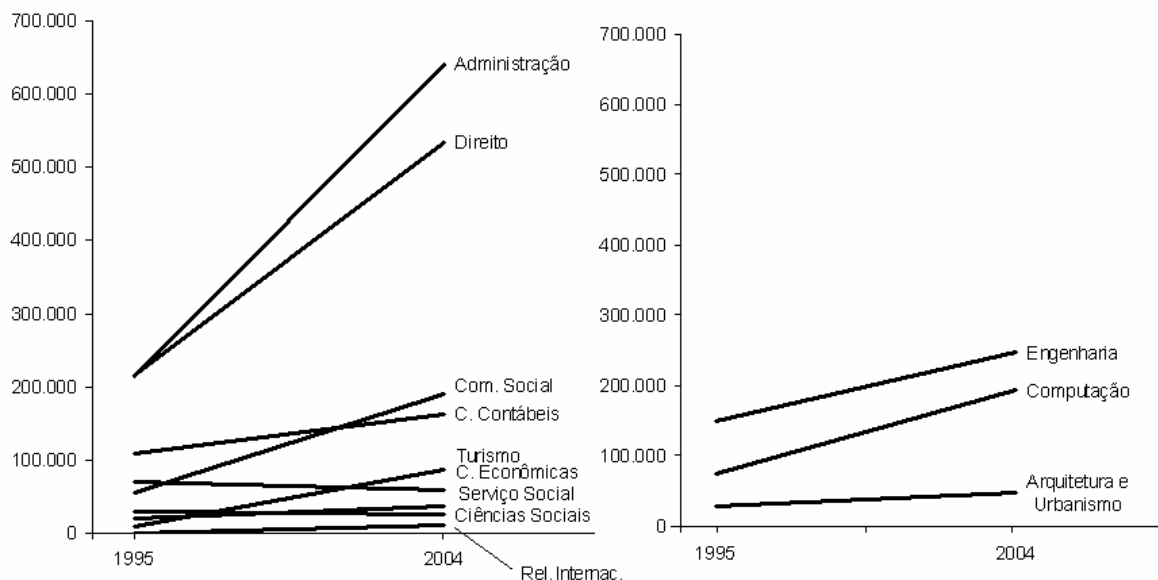
Tabela 4
Número, percentual e crescimento de matrículas por grupos de áreas afins – 1995-2004

Área	1995	2004	% do total de matrículas em 2004	Crescimento 1995-2004	Porcentagem da variação de matrículas
Ciências sociais aplicadas	686.921	1.719.278	41,3%	150,3%	42,9%
Licenciaturas	442.825	1013.142	24,3%	128,8%	23,7%
Saúde	263.944	672.343	16,1%	154,7%	17,0%
Tecnologia	251.542	488.599	11,7%	94,2%	9,9%
Agrárias	39.103	75.487	1,8%	93,0%	1,5%
Artes	28.563	66.030	1,6%	131,2%	1,6%
Outras áreas	46.805	128.854	3,1%	175,3%	3,4%
Totais	1.759.703	4.163.733	100,0%	136,6%	100,0%

Fonte: Censo do ensino superior

Os cursos de administração, direito, comunicação social, ciências contábeis, turismo, economia, serviço social e relações internacionais) são responsáveis por 41% das matrículas e por quase 43 % do crescimento no período. O Gráfico 8 ilustra a variação do número de matrículas das grupos das áreas de ciências sociais aplicadas e tecnologia. Os cursos de administração e direito possuem mais de 500 mil alunos cada, e destacam-se no cenário da oferta em relação às outras áreas. Os cursos de comunicação social agrupam o terceiro maior número de matrículas com crescimento acelerado e turismo desponta como uma área emergente, embora com contingente bastante inferior às duas primeiras áreas.

Gráfico 8
Número de matrículas por área de formação em 1995 e 2004 – grupos das áreas das ciências sociais aplicadas e tecnologia

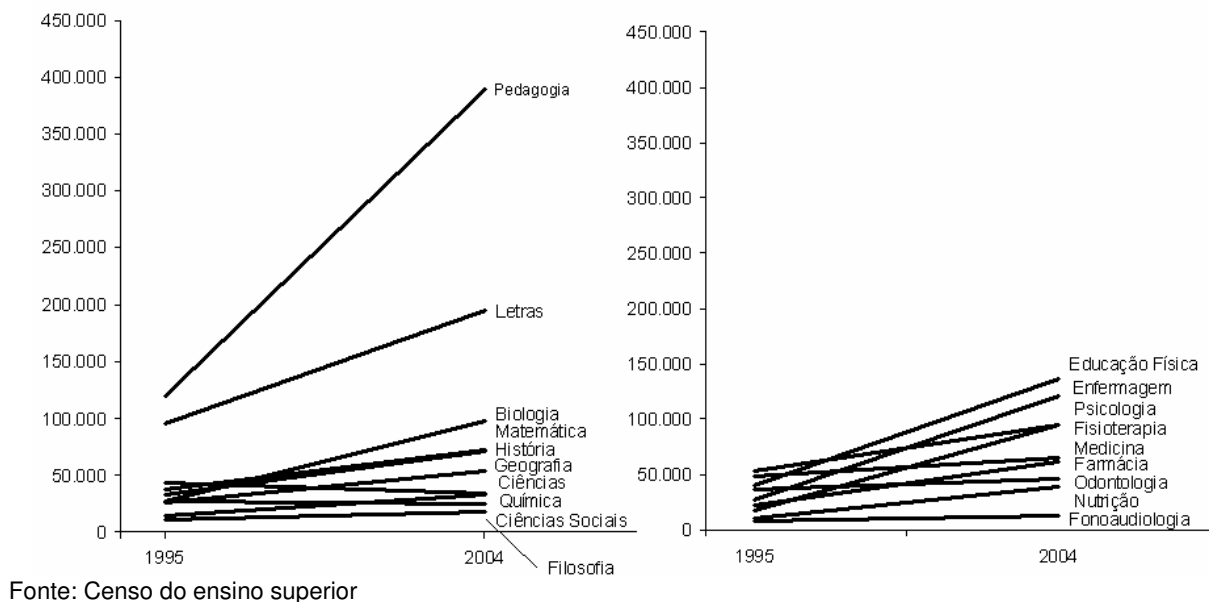


Fonte: Censo do ensino superior

O campo da tecnologia reúne somente três áreas, onde duas, engenharia e computação, reúnem mais de 400 mil alunos, e somente esta última cresceu acima da média. A área de arquitetura e urbanismo cresceu abaixo da média e conta com menos de 50 mil matrículas. A área de computação destaca-se pelo maior crescimento quando comparada com os cursos de engenharia.

No Gráfico 9 são comparadas as dinâmicas de crescimento dos grupos das áreas das licenciaturas e saúde. As licenciaturas são os cursos que contam com o maior número de matrículas depois das ciências sociais aplicadas, representando 24% do total. O curso de pedagogia se destaca com quase 400 mil estudantes, seguido pelos cursos de letras, com quase 200 mil matrículas. Todos os cursos restantes têm menos de 100 mil alunos. Destaca-se o crescimento do curso de biologia, que se aproxima deste patamar.

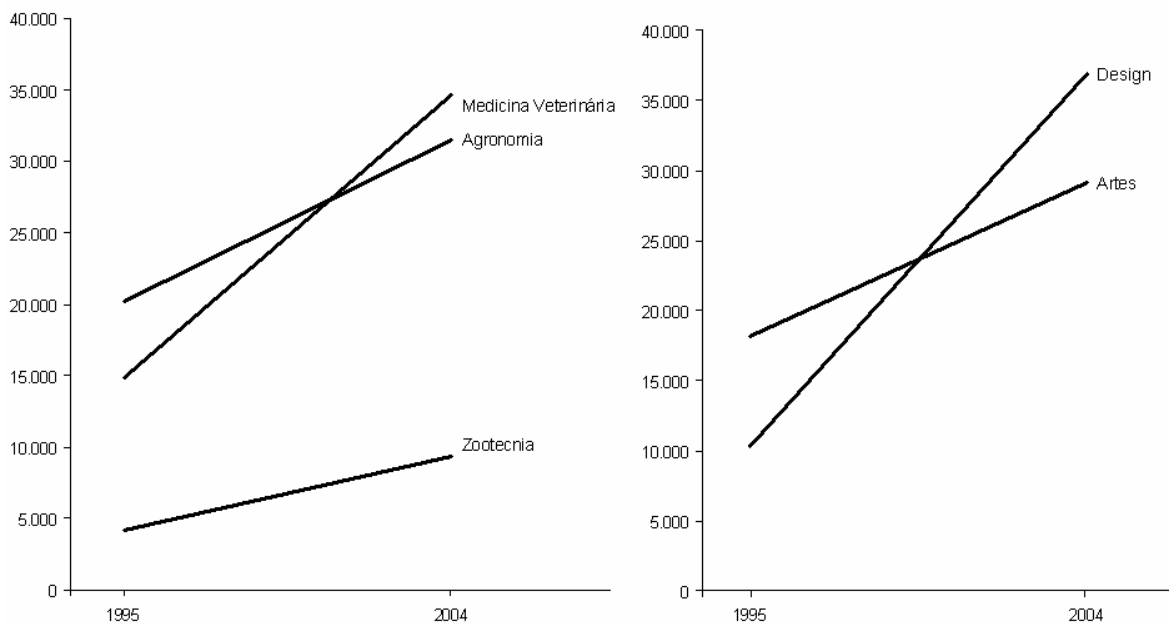
Gráfico 9
Número de matrículas por área de formação em 1995 e 2004 – grupos das áreas das licenciaturas e saúde



As áreas de ciências agrônômicas e artes contam com pequeno número de estudantes e tiveram crescimento reduzido, como pode ser visto no Gráfico 10. O curso de agronomia foi o que menos cresceu em termos relativos, em comparação com a medicina veterinária e a zootecnia. Na área de artes, a área de design tem crescimento superior a 200%, enquanto a área de artes, que reúne os cursos tradicionais de música, teatro e dança, teve crescimento bastante inferior à média.

Destacando as principais características do período de crescimento acelerado das matrículas em cada um dos grupos de áreas, pode-se sugerir que as áreas de administração e direito, no grupo das áreas de ciências sociais aplicadas, são as mais atingidas pelo processo de expansão e, como tal, devem espelhar, mesmo levando em conta as características próprias de cada uma das áreas, os efeitos de diferenciação institucional. O mesmo pode ser dito das áreas de pedagogia e letras entre as licenciaturas, da computação entre as áreas tecnológicas e da educação física, enfermagem e fisioterapia na saúde. Entretanto, para melhor caracterizar o crescimento destas áreas, é importante verificar a participação de cada um dos setores, público e privado, para o crescimento das matrículas.

Gráfico 10
Número de matrículas por área de formação em 1995 e 2004 – grupos das áreas de ciências agrárias e artes



Fonte: Censo do ensino superior

A Tabela 5 apresenta as proporções da contribuição de cada um dos setores para o crescimento das matrículas entre 1995 e 2004. Observando separadamente o crescimento das áreas entre os setores público e privado é possível observar que a expansão do setor privado é mais relevante em algumas áreas, com destaque para as que possuem as maiores taxas de crescimento no período. Entre as maiores áreas que sofreram crescimento relevante as exceções a esta regra são as áreas de pedagogia, engenharia e letras, onde o crescimento das matrículas no setor público alcança valores superiores a 35%. Nas áreas de administração, direito, comunicação social e ciências contábeis a participação do setor privado no crescimento das matrículas supera os 90%.

Tabela 5
Número, percentual e crescimento de matrículas de matrículas das áreas de formação entre 1995 e 2004

	Crescimento absoluto 1995-2004	Porcentagem do crescimento de matrículas no setor público	Porcentagem do crescimento de matrículas no setor privado
Administração	428.191	4,4%	95,6%
Direito	318.140	5,2%	94,8%
Pedagogia	270.396	40,2%	59,8%
Engenharia	97.843	36,6%	63,4%
Letras	98.892	37,5%	62,5%
Computação	118.561	18,0%	82,0%
Comun. Social	135.375	6,5%	93,5%
C. Contábeis	55.012	8,3%	91,7%
Educação Física	95.748	13,7%	86,3%
Enfermagem	93.374	6,4%	93,6%
Biologia	70.402	31,9%	68,1%
Fisioterapia	77.639	6,2%	93,8%
Psicologia	42.274	8,9%	91,1%
Turismo	77.666	7,7%	92,3%
História	35.405	53,1%	46,9%
Matemática	40.010	49,0%	51,0%
Medicina	17.031	25,4%	74,6%
Farmácia	39.490	11,0%	89,0%
C. Econômicas	-9.689	-24,5%	124,5%
Geografia	27.835	66,3%	33,7%
Arquitetura	20.653	17,3%	82,7%
Odontologia	10.040	10,3%	89,7%
Nutrição	28.034	7,0%	93,0%
Design	26.566	13,0%	87,0%
Serviço Social	17.046	15,7%	84,3%
Medicina Veterinária	19.821	18,1%	81,9%
Ciências	-8.561	-5,7%	105,7%
Química	18.732	64,9%	35,1%
Ciências Sociais	-2.665	-139,9%	239,9%
Física	1.2663	78,3%	21,7%
Filosofia	7.208	46,3%	53,7%
Agronomia	11.365	58,9%	41,1%
Artes	10.901	52,5%	47,5%
Fonoaudiologia	4.769	16,1%	83,9%
Rel. Internacionais	10.616	11,2%	88,8%
Zootecnia	5.198	68,4%	31,6%

Fonte: Censo do ensino superior

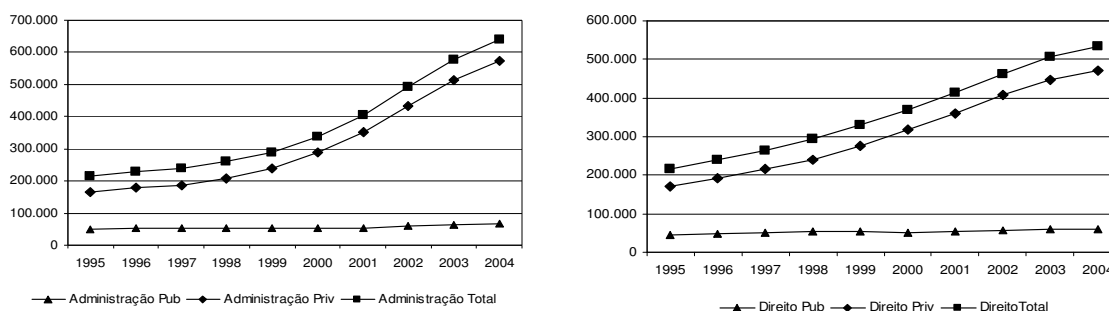
Temos participação semelhante do setor privado no crescimento das matrículas das áreas de tamanho médio: educação física, enfermagem, fisioterapia,

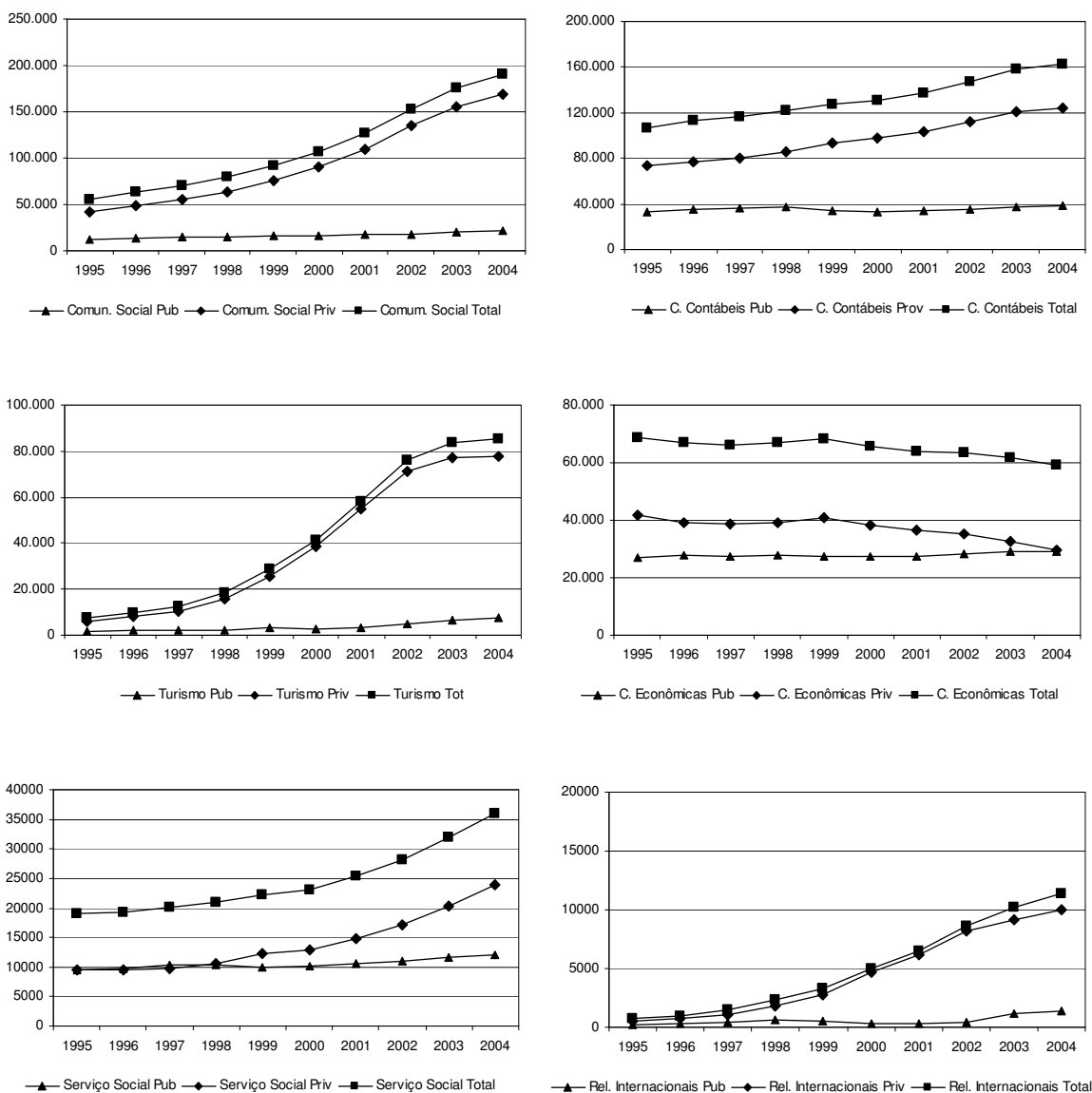
psicologia, turismo e farmácia. Os cursos de biologia, história, matemática a participação do setor público é mais forte, chegando a 53% na área de história.

Nos cursos menores existe relevante participação pública ainda nas licenciaturas, geografia, química, física e filosofia. Na medicina esta participação é de apenas 25%. Nas áreas restantes as participações são bastante variáveis. Nos cursos de licenciatura em ciências, ciências sociais e economia, onde houve redução de vagas, esta se deu pela redução da oferta no setor privado.

Observando-se o perfil do crescimento por grupos de áreas afins, por meio da Figura 1, verifica-se que a expansão do ensino privado privilegia o grupo das áreas de ciências sociais aplicadas, onde a expansão do setor privado é mais frequente, atingindo sete entre oito cursos do grupo de áreas: administração, direito, comunicação social, ciências contábeis, turismo, serviço social e relações internacionais. A exceção são os cursos de ciências econômicas, onde as matrículas totais reduziram-se no período, seguindo a tendência de redução de vagas do setor privado. O destaque vai para os cursos de turismo, cujas matrículas crescem de sete para 80 mil. Nos cursos onde o crescimento é menor verifica-se uma atuação menos dinâmica no crescimento do setor privado, como em ciências contábeis e serviço social.

Figura 1
Gráficos do número de total de matrículas por área e dependência administrativa – ciências sociais aplicadas – 1995-2004



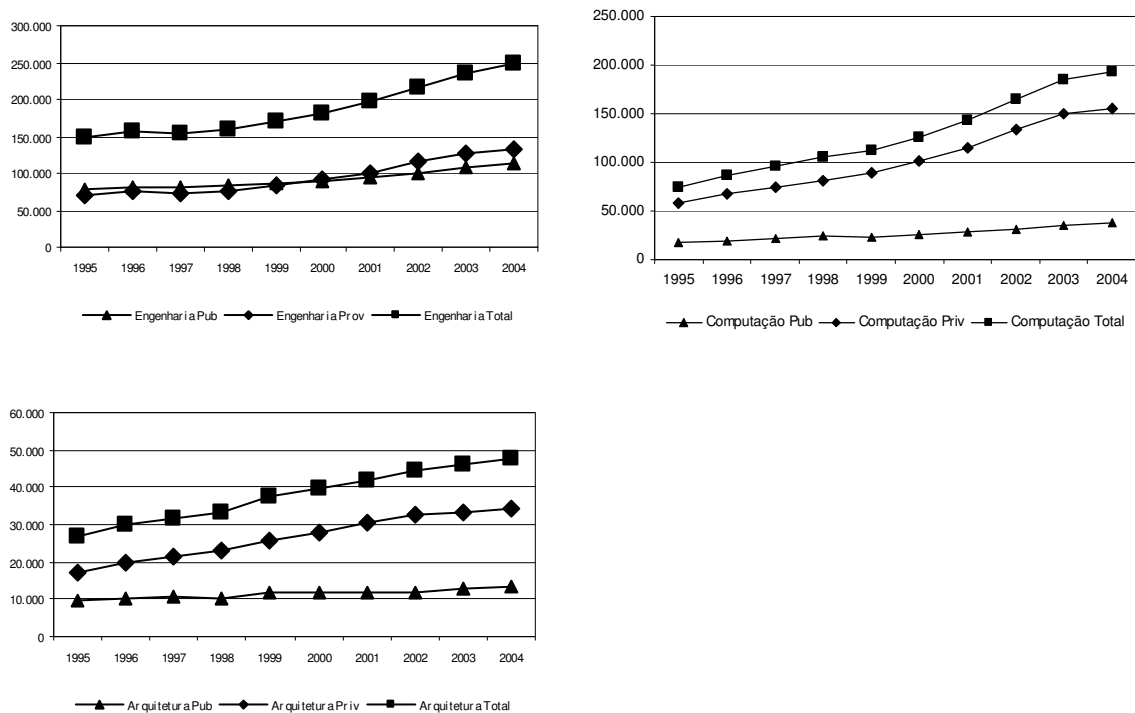


Fonte: Censo do ensino superior

As matrículas nas áreas tecnológicas são dominadas pelos cursos de engenharia e computação – vide a Figura 2, onde são apresentados os gráficos dos números de matrículas por dependência administrativa das áreas tecnológicas. Os dois cursos têm crescimento de oferta bastante diverso – a engenharia, área tradicional de grande prestígio, tem uma expansão modesta, com vagas partilhadas quase igualmente entre os dois setores. Os cursos de computação, por outro lado, atraem fortemente a oferta do setor privado. O mesmo acontece, em taxas menores,

com os cursos de arquitetura e urbanismo, porém em valores absolutos também menores.

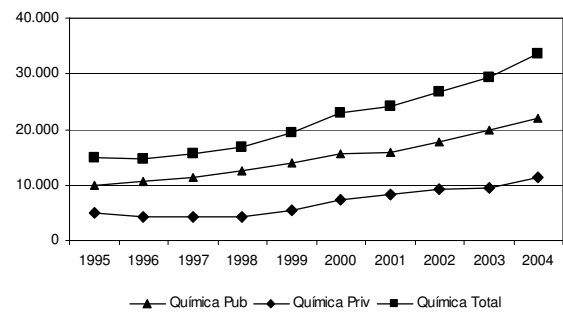
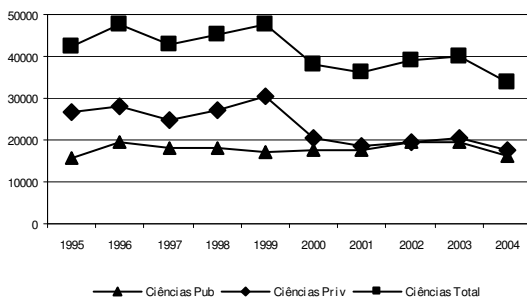
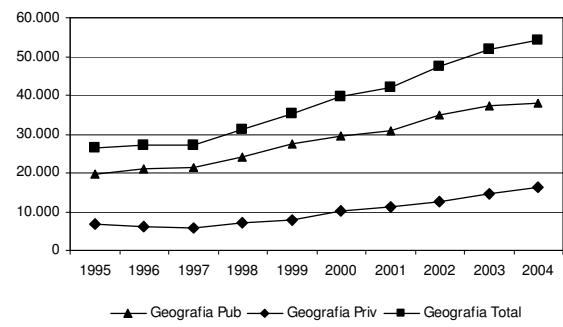
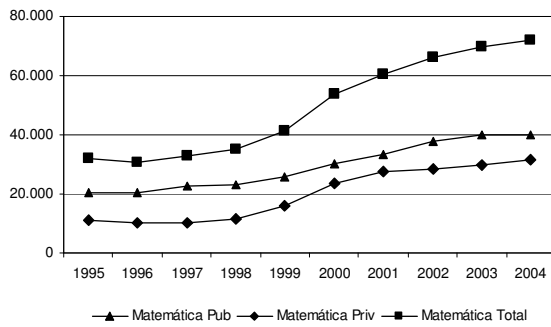
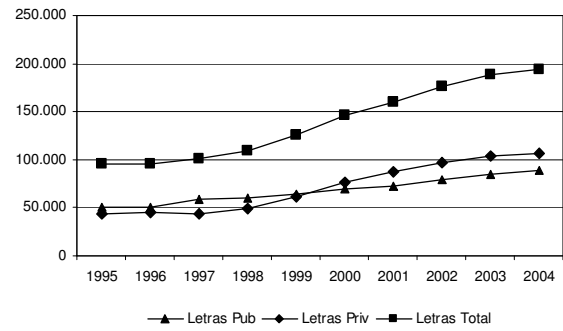
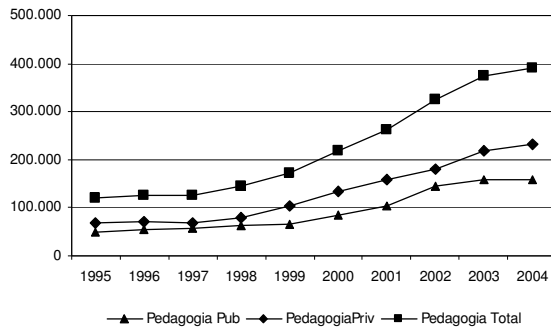
Figura 2
Gráficos do número de total de matrículas por área e dependência administrativa – tecnologia – 1995-2004

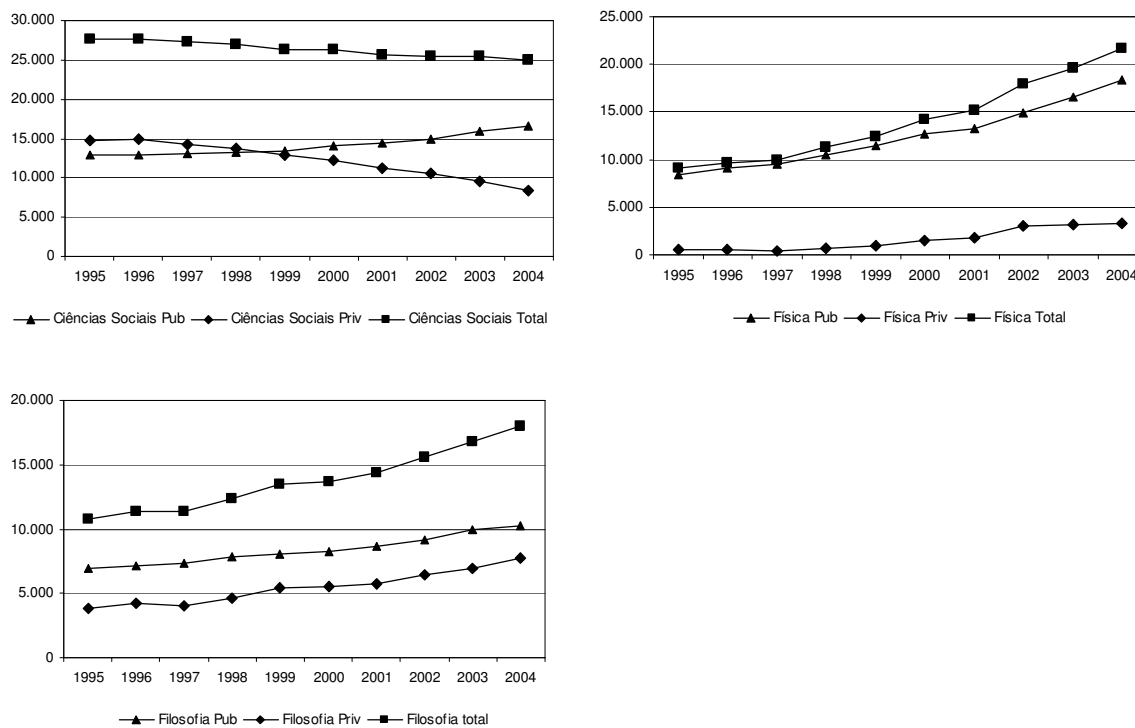


Fonte: Censo do ensino superior

Nas licenciaturas, ao contrário das ciências sociais aplicadas, a ação da expansão do setor privado não se sobrepõe de forma decisiva sobre o crescimento das matrículas. Nos maiores cursos, a pedagogia, letras e a biologia, o número de matrículas no setor privado é maior do que no setor público, mas mesmo aí o setor público tem presença importante na oferta. Nos cursos restantes a oferta pública é maior que a privada, e o crescimento no período, embora pequeno, também foi sustentado pelo setor público. Os cursos de ciências (formação de professores) e ciências sociais têm oferta privada e total em redução (Figura 3).

Figura 3
Gráficos do número de total de matrículas por área e dependência administrativa – licenciaturas
– 1995-2004

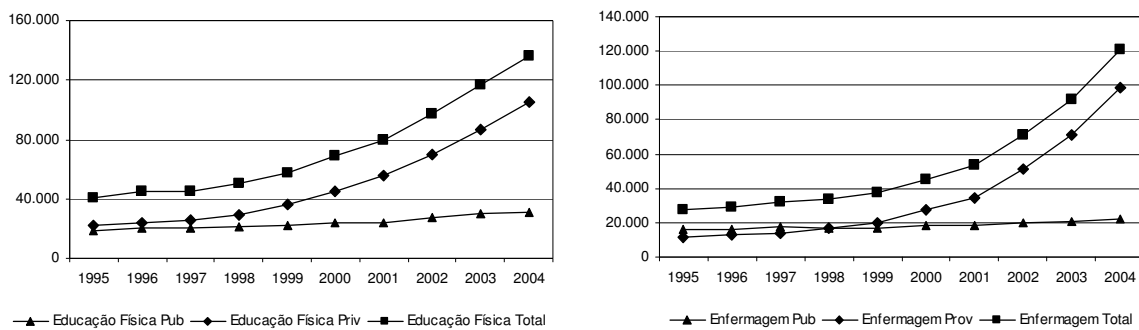


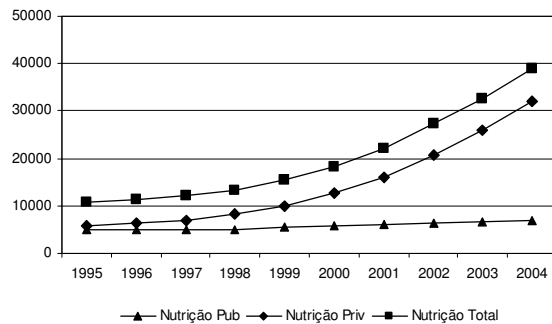
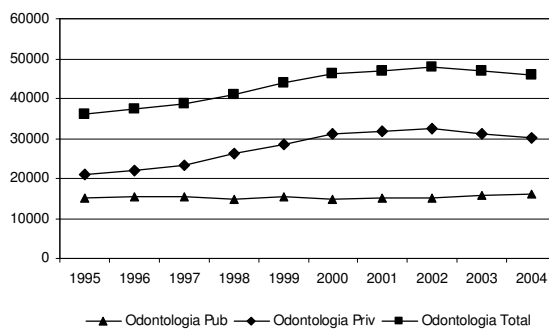
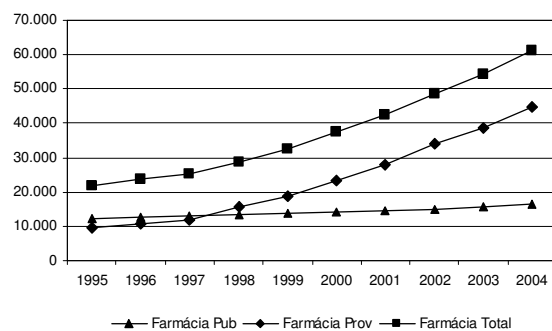
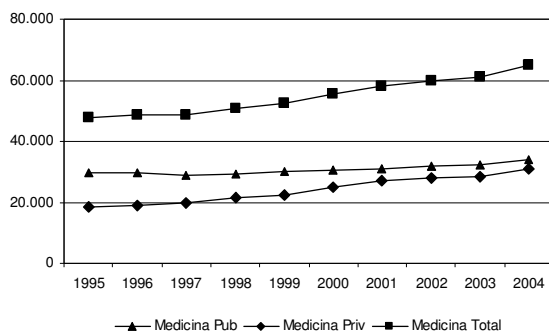
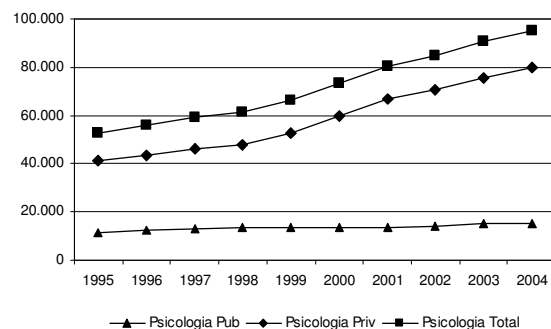
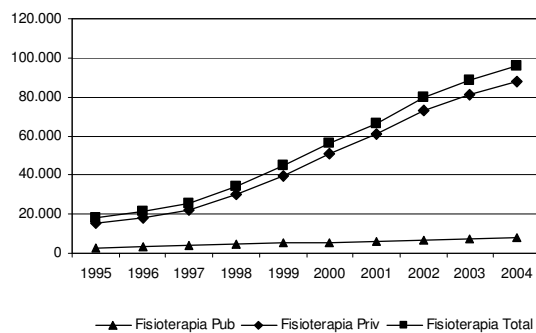


Fonte: Censo do ensino superior

Na área da saúde o setor privado aumentou fortemente a oferta na maioria dos cursos, mantendo-se o tradicional curso de medicina ainda com a maioria de vagas provenientes do setor público. Com esta exceção, o crescimento de todos os outros cursos segue a dinâmica do setor privado.

Figura 4
Gráficos do número de total de matrículas por área e dependência administrativa – áreas da saúde – 1995-2004

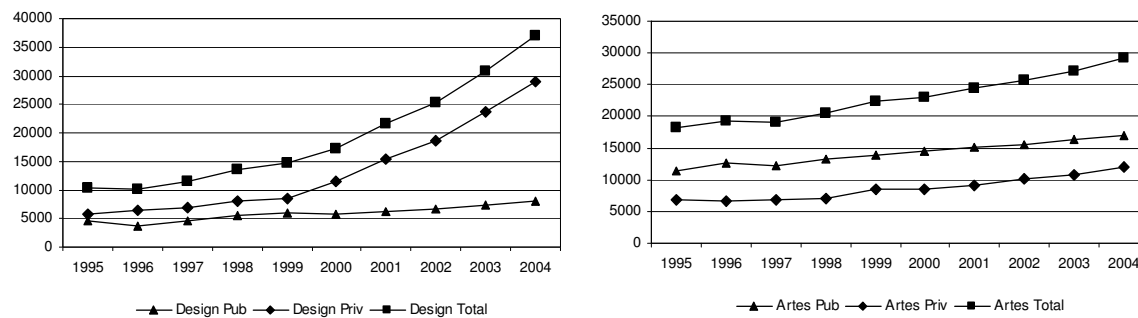




Fonte: Censo do ensino superior

Na área de artes os cursos de design cresceram às custas do setor privado, enquanto os cursos de artes tiveram seu crescimento sustentado pelos dois setores, com a maioria das matrículas no setor público.

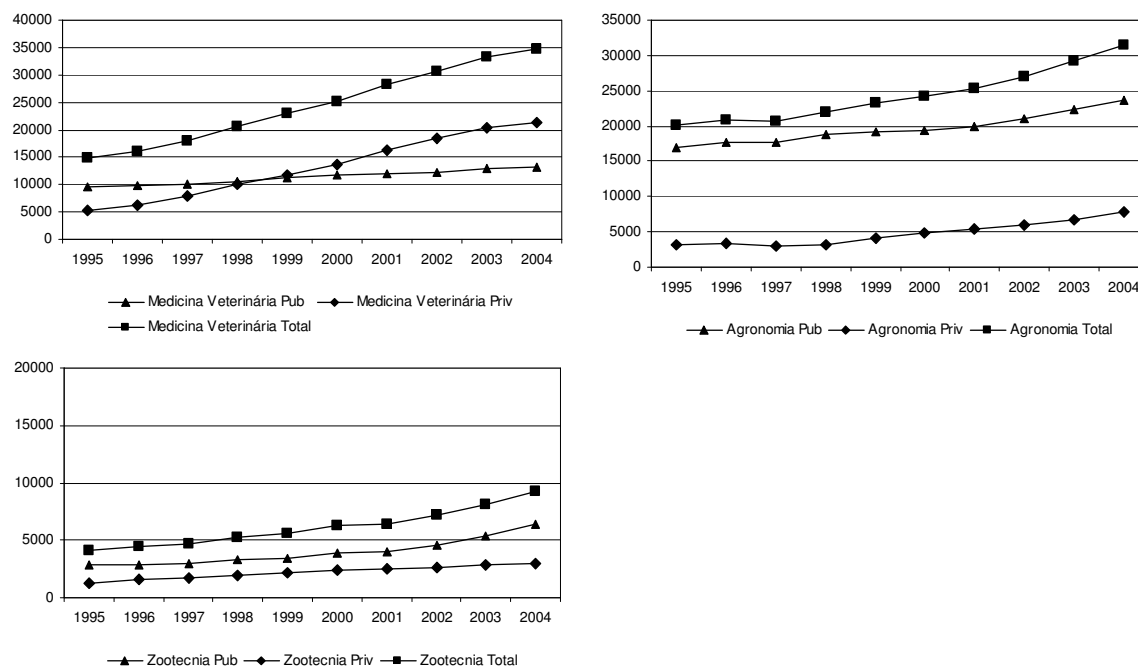
Figura 5
Gráficos do número de total de matrículas por área e dependência administrativa – artes – 1995-2004



Fonte: Censo do ensino superior

Na área de ciências agrárias somente a medicina veterinária cresceu sob a dinâmica do setor privado. Os cursos de agronomia e zootecnia tiveram sua expansão suportada pelo setor público.

Figura 6
Gráficos do número de total de matrículas por área e dependência administrativa – ciências agrárias – 1995-2004



Fonte: Censo do ensino superior

Em resumo, pode-se observar que entre as áreas das carreiras mais tradicionais, a engenharia e a medicina não acompanharam o processo de expansão recente. O mesmo não pode ser afirmado em relação à área de direito. A expansão das licenciaturas foi relevante, com apoio do setor público, embora suportado quase que exclusivamente pelos cursos de pedagogia, letras e biologia, sendo que as áreas restantes tiveram crescimento muito reduzido. Destaca-se a consolidação do número de matrículas nas áreas das ciências sociais aplicadas onde, além da administração, as novas profissões como a comunicação social e o turismo afirmaram-se como cursos com grandes contingentes de alunos, como também as novas profissões da área da saúde, com destaque para a educação física, a enfermagem e a fisioterapia. A nova área da computação também afirma-se como importante representante das carreiras tecnológicas.